

das conselheiras que, caso signatárias permanecem sem a manifestação, ou em caso de contrariedade se manifestam. A Conselheira Amanda manifestou sua contrariedade em relação ao horário, seguida pela conselheira Taise, a conselheira Fátima também indicou contrariedade em relação à escolha do dia. Após algumas manifestações e um pequeno debate sobre o tema, foram colocadas em votação as seguintes opções de votação relacionadas à periodicidade e horário da reunião: (I) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 14h -16:30, 2 VOTOS (II) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 16h – 18h30, 8 VOTOS (III) Todas as últimas segundas-feiras do mês 17h00 – 19h30 2 VOTOS (IV) Todas as últimas segundas-feiras do mês 19h00 – 21h00. 0 VOTOS (V) Todas as últimas terças-feiras do mês 16h00 – 18:30, 2 VOTOS (VI) Todas as últimas terças-feiras do mês 17h – 19h30, 5 VOTOS (VII) Todas as últimas terças-feiras do mês 19h00 – 21h00. 0 VOTOS (VIII) Todos os últimos sábados do mês 9h00 – 12h00 0 VOTOS ou (IX) Todos os últimos sábados do mês das 14h00 – 16h00. 0 VOTOS A proposta vencedora foi a (II) Todas as últimas segundas-feiras do mês das 16h – 18h30 que acumulou 8 votos. Dessa forma o calendário anual das reuniões ordinárias ficou definido como encontros em 25/4/2022, 30/05/2022, 27/6/2022, 25/7/2022, 29/8/2022, 26/9/2022, 28/1/2022, 31/10/2022, 28/11/2022 e 12/12/2022. A Conselheira Claudia Rodrigues, fazendo o uso da palavra observou que caso não haja quorum nas reuniões posteriores em sua opinião esse calendário aprovado deve ser revisto, e deixou essa sugestão de avaliação para as próximas reuniões. Não havendo nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada.

#### ATA 04 – 25.04.2022

Aos vinte e cinco dias de abril de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:30 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 18:00 quando novamente não foi verificado o quórum de deliberação necessário não tendo sido possível estabelecer formalmente a reunião. Ainda assim, as conselheiras presentes levantaram alguns debates sobre os procedimentos necessários para o início dos trabalhos do ano de 2022, bem como algumas pontuações sobre a participação de todas. Em razão da segunda tentativa de reunião, a Conselheira Roberta Tasselli se voluntariou para mapear as dificuldades de participação de todas por meio da elaboração de um formulário Google. Ficou acordado entre as presentes, sem caráter de deliberação formal, que o formulário seria compartilhado entre as conselheiras de forma a determinar a melhor data e horário para a próxima tentativa de reunião.

#### ATA 05 – 30.05.2022

Aos trinta dias de maio de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum, o estabelecimento da reunião foi adiado para as 17:30, quando foi verificado o quórum de deliberação necessário. A primeira pauta discutida foi a alteração do regimento interno, que foi debatida informalmente na última reunião do Conselho, onde a mesa diretora ficou responsável de realizar a revisão do texto com as novas alterações. A secretária Heloisa apresentou para as conselheiras o novo texto com as modificações que a mesa diretora considerou factível e viável, em especial a questão do quórum. Alteração do art. 7º: de metade do conselho para 1/3, de segunda chamada em trinta minutos para segunda chamada em até 30 minutos, considerando-se o mesmo número para efeitos de votação. Foi aberta uma votação para aprovação do novo texto regimental que dita sobre o funcionamento das reuniões e o texto foi aprovado com 16 votos. A segunda pauta foi trazida pela conselheira Adriana e pela Patrícia de SMADS e trata a respeito da segurança das funcionárias nos Centros de Defesa e de Convivência da Mulher Casa Anastácia, onde foram observadas várias denúncias de ameaça e perseguição nos entornos do equipamento. Essa perseguição se dava por cunho político, e foi solicitado a SMADS que realizasse um patrulhamento 24hrs, excedendo portanto, o período de atendimento da Casa. Existem outros equipamentos em diálogo nesse caso, como a SAS e o CREAS que também estão realizando o acompanhamento desse caso, sendo assim, será feita uma visita ao território para análise e encaminhamento futuros desse processo por meio do SEI. Patrícia irá realizar o monitoramento desse caso e irá trazer, na reunião seguinte, uma devolutiva a respeito da tramitação. Em seguida, foi lembrada uma pauta também já conversada informalmente na reunião anterior referente a uma apresentação das conselheiras representantes do governo. A fim de melhorar e estabelecer um diálogo entre as conselheiras representantes do governo e da sociedade civil e gerar um compartilhamento com troca de informações, foi acordado que as conselheiras do governo irão realizar uma breve e simples apresentação das iniciativas que são realizadas em suas respectivas pautas que versam sobre a pauta de mulheres. Algumas conselheiras tiraram dúvidas sobre os formatos de apresentação e outras demais questões pertinentes. A reunião de apresentação será feita de pauta única. A CPM ficou responsável por gerar um documento de acompanhamento das metas e objetivos do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, e irá gerar um ofício solicitando informações sobre o desenvolvimento das ações do plano para as secretárias.

ENCAMINHAMENTOS: Na reunião de junho de 2022 cada conselheira de governo fará uso da palavra para compartilhar com seus pares as informações que lhe forem acessíveis sobre a existência e a execução de ações e iniciativas voltadas para as mulheres em suas respectivas pastas. Paralelamente, o Conselho oficiará às secretarias pedidos de dados de acordo com as metas do Plano. Além disso, a Coordenação de Políticas para Mulheres irá apresentar o seu plano de monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres.

#### ATA 06 – 27.06.2022

Aos vinte e sete dias de junho de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Por conta do não estabelecimento do mesmo, seguiu-se informalmente com a apresentação das políticas relacionadas a mulheres das diferentes secretarias do governo pela secretária Heloisa.

#### ATA 07 – 25.07.2022

Aos vinte e cinco dias de julho de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, os integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Na reunião em questão não houve nenhum pedido ou solicitação de pauta por e-mail. A conselheira Adriana tomou então a palavra e citou a aprovação da ata da última reunião pela mesa diretora. Em seguida, a conselheira Roberta levantou um questionamento referente ao retorno dos ofícios encaminhados às secretárias, e a secretária Heloisa informou que não houve devolutiva por parte de nenhuma secretária. Foi sugerido que fosse feito um segundo contato com as conselheiras das pastas que não deram retorno e também de fazer um reforço dos ofícios já enviados para que haja uma consolidação desses dados. Em um momento posterior da reunião, Ana Cristina trouxe uma sugestão de reenviar esses ofícios sem respostas diretamente para os chefes de gabinete, e não para as áreas técnicas, como já foi feito. Também foi levantada uma pauta de urgência pela Ana Cristina, sobre a composição de uma comissão eleitoral para a eleição do CPM. A gestão está prorrogada este ano, numa decisão que foi aprovada em pleno, mas é necessário fazer a votação até o fim de 2022 para a nova gestão de 2023.

Por isso, é preciso montar uma comissão eleitoral com uma representante de cada segmento (no mínimo) para começar a discutir os termos da eleição. A secretária Heloisa relembrou que na última eleição em 2019 foram organizados 16 pontos de votação, localizados em subprefeituras e nos CRM's. O voto foi em cédula em urnas de pano emprestadas pelo sindicato dos comerciantes, e cerca de 2500 mulheres participaram do processo de votação. Em seguida, explicou como funciona o processo eleitoral: o processo de candidatura funciona por meio de edital de chamamento. O CPMSP se reúne, forma-se uma comissão eleitoral, essa comissão aprova o regimento da eleição e posteriormente, o edital de chamamento fica aberto por um período para o recebimento de candidaturas. Ao fim do prazo, a comissão eleitoral homologa as candidaturas, elas têm o período pré campanha, se estabelece uma data da votação, seguidos da apuração e divulgação de resultado. A comissão eleitoral precisa ser composta por uma representante de cada segmento no mínimo, ou seja, uma representante das entidades mistas, uma representante das entidades feministas, uma representante das conselheiras de governo e uma representante das conselheiras regionais. Dessa forma, cria-se a comissão eleitoral, e está se reúne para aprovar os documentos e fazer o acompanhamento do processo de construção do processo eleitoral. Nesse sentido, a conselheira Adriana propôs chamar já para a próxima reunião a constituição da comissão eleitoral seguindo os critérios estabelecidos para que as organizações possam fazer as indicações das representantes na próxima reunião e propor o formato da eleição. Sugeriu ser do modo presencial, como foi a última, ao final de novembro/início de dezembro, além da construção de um calendário de reuniões da comissão e questionou como seria o modelo de edital de chamamento. Heloisa respondeu ressaltando que o conselho já possui o modelo de 2019, que caso fosse aprovado pelas membros do conselho, a utilização deste modelo para esse ano também tornaria o processo mais simplificado. Assim, a comissão discute estrutura, submette pro pleno, o pleno aprovando, já é possível a viabilização. Foi sugerido que já se realizasse um levantamento prévio das conselheiras que estivessem interessadas em fazer parte da reunião por conta da dificuldade do estabelecimento de quórum nas reuniões. As interessadas manifestaram-se no chat da videochamada, assim como ficou encaminhado que as conselheiras que estiverem ausentes na reunião se manifestassem por e-mail e via grupo de WhatsApp. Ficou decidido que o fechamento da comissão será na próxima reunião, desde que haja quórum estabelecido. Em seguida, a conselheira Fátima demonstrou preocupação quanto a realização de uma eleição nesse momento, tendo em vista as demandas relacionadas às eleições gerais, por exemplo. A conselheira Roberta afirmou que a viabilidade da realização ou não da eleição caberia à comissão discutir, no entanto, ressaltou a questão do quórum das reuniões que tem tido dificuldade para ser alcançado. Em seguida deu a sugestão de que haja uma deliberação para que caso na próxima reunião ordinária não houvesse quórum, a votação da comissão fosse realizada de forma online. A conselheira Melissa concordou com o posicionamento de Fátima, e afirmou ser importante ter um cronograma já na próxima reunião, mas que seria interessante que as eleições fossem apenas posteriormente, como no início do ano que vem, por exemplo. Além disso, acredita que por conta de diversos fatores, a eleição do CPMSP neste ano fica inviável. Ana Cristina, pensando no que foi dito pelas demais trouxe a sugestão de uma reunião extraordinária de pauta única ainda em agosto para fazer um levantamento das interessadas, verificar o quanto as conselheiras estão envolvidas, etc. para o próximo pleno já estar mais alinhado. Regina da Secretaria Municipal da Justiça concordou com o posicionamento de Ana Cristina sobre o estabelecimento de uma reunião no dia 10 de agosto, pois desta forma todas terão ciência e não ocorrerá o risco de ter algum ato anulado em decorrência daquilo que não foi proposto e nem colocado em pauta anteriormente. A secretária Heloisa consolidou as propostas para a votação: i. proposta de apresentação prévia de quem tem interesse; ii. em caso de não observância do quórum na próxima reunião, a deliberação sobre a composição da comissão eleitoral vai se dar por meio eletrônico, e por fim iii: proposta de uma reunião extraordinária para o dia 10 de agosto para tratar da pauta da eleição. Ambas as propostas foram amplamente aceitas pelo Pleno sem objeções. Roberta, representante das do grupo Mulheres do Brasil (entidade feminista), Eliane de Cássia, representante de MDM - Movimento pelo Direito à Moradia (entidade mista), Fátima dos Santos, representante de UMMSP - União dos Mov. de Moradia/São Paulo e Interior (entidade mista) e Adriana Pereira, conselheira regional da zona sul manifestaram interesse em compor a comissão. A conselheira suplente da equipe de governo aberto também manifestou interesse, porém afirmou que primeiro vai confirmar com a conselheira oficial se existe essa possibilidade. Heloisa também citou que houve retorno do ofício da Secretaria de Segurança, mas por conta do horário da reunião, as conselheiras preferiram que fosse encaminhado por e-mail, e será incluído como pauta do próximo pleno.

#### ENCAMINHAMENTOS:

\* Fazer o reforço dos ofícios por e-mail e incluir essa pauta na próxima reunião, com envio para os chefes de gabinete das áreas em questão e também o acionamento das conselheiras das respectivas pastas.

\* Na próxima reunião, as entidades e as conselheiras irão com as indicações das candidaturas para participar ou não da comissão, além da elaboração de um calendário de atividades eleitorais do conselho.

\* Reunião extraordinária no dia 10 de agosto para definição de calendário e também composição da comissão eleitoral.

#### ATA 08 – 10.08.2022

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, os integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:10, quando esta pôde ser estabelecida. Na reunião em questão, Ana Cristina deu início introduzindo a pauta única, apresentando sua experiência na organização das eleições do Conselho em 2019. Naquele ano, a comissão eleitoral validou por meio de referendos tanto as candidatas de governo quanto as candidatas da sociedade civil, realizando um acompanhamento de todo o processo das eleições; organizou as representantes de entidades e designou cadeiras. Salientou também que, que apesar de haver muito trabalho, já há um direcionamento bem estruturado e organizado para a eleição. Na reunião passada, uma das maiores preocupações apresentadas pelas conselheiras foi a dificuldade de conseguir as urnas eletrônicas, que são necessárias por se tratarem de eleições grandes, especialmente por se tratar de um ano de eleições gerais. Contudo, em uma consulta a área técnica, foi verificado que não existem impedimentos legais para o empréstimo por conta do período eleitoral, desde que a data da eleição do conselho não esteja em concomitância com a data das eleições oficiais, sendo aconselhável que a primeira se dê a partir do início de novembro. Em relação as urnas, não há dificuldades, uma vez que o TRE tem por obrigação o fornecimento das urnas fora do período de eleição oficial. Informou também que o prazo para realizar a solicitação com antecedência prévia é até o final deste mês, apresentando uma data oficial. Dito isso, Ana Cristina abriu para que as conselheiras apresentassem suas falas e indicou que saíssem com propostas até o final da reunião. Melissa foi a primeira a dar uma contribuição, e sugeriu que o prazo fosse estendido para as eleições começarem em fevereiro ou março do ano que vem. Dessa forma, haveria tempo para estabelecer um cronograma com maior tranquilidade, visto que as eleições gerais são de grande importância, e propôs, assim, que se elegesse uma comissão na próxima reunião ordinária, para que em dezembro esse cronograma fosse apresentado. Em seguida, a conselheira

Márcia resgatou o que Melissa trouxe e ressaltou a importância das eleições gerais, que acabam por demandar mais tempo de militância das conselheiras. Patrícia também concordou com a fala das duas, e perguntou se a solicitação das urnas tem algum custo e onde são realizadas as eleições. Ana disse que sim, e informou que as eleições são feitas em colégios e subprefeituras. Em seguida, Mariza pediu a palavra para reafirmar também a fala das demais conselheiras a respeito da mudança de datas. Adriana Pereira teve a palavra e considerou que a primeira quinzena de abril seria a melhor data, por conta das programações do dia 8 de março e as conferências a serem realizadas. Em seguida, Ana sugere que a comissão eleitoral no pleno do conselho seja montada neste ano ainda; que as 7 conselheiras já se integrassem a comissão para que os trabalhos fossem iniciados, e ressaltou que é interessante pensar a realização da eleição do conselho no primeiro semestre de 2023. Houve uma votação para que o procedimento fosse realizado dessa forma; houveram 17 votos a favor de que se segue este encaminhamento e 6 conselheiras se absteram de votar. Desta forma, nessa reunião extraordinária, a deliberação é de que nesse ano, no pleno de agosto, será eleita a composição da comissão, que fica responsável de pensar e estruturar a eleição, a ser realizada no primeiro semestre de 2023. Assim, com a votação, a reunião se encerrou por esgotamento da pauta única.

#### ATA 09 – 29.08.2022

Aos vinte e nove dias de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Na reunião em questão, houveram as seguintes solicitações de pauta trazidas pelas conselheiras: formação da Comissão Eleitoral para as eleições do Conselho; Programa Doulas no município; Casa de parto; Projeto Territórios. No entanto, Adriana Matos esclareceu que as três últimas pautas na realidade se tratavam de pautas da reunião da Comissão de Saúde da Mulher, a qual ela havia convidado as demais conselheiras para participar. Esclarecida a controvérsia, a pauta única da reunião então estabelecida foi a formação da comissão eleitoral, que já havia começado a ser debatida nas últimas duas últimas reuniões, em julho e na reunião extraordinária. Ana Cristina sugere que a votação seja iniciada, já que algumas conselheiras manifestaram interesse em compor a comissão, foram estas: Roberta, representante do grupo Mulheres do Brasil (entidade feminista); Eliane de Cássia, representante de MDM - Movimento pelo Direito à Moradia (entidade mista); Fátima dos Santos, representante de UMMSP - União dos Mov. de Moradia/São Paulo e Interior (entidade mista) e Adriana Pereira, conselheira regional da zona sul, conforme registrado em ata. Ana Cristina solicita que Heloisa faça um resgate das regras de representatividade, e em seguida, que seja feita uma apresentação formal das candidatas e posteriormente, a votação. Assim sendo, seguindo a lógica da comissão anterior e os termos do Regimento Interno do Conselho, a comissão eleitoral deve ser realizada por pelo menos uma representante de cada segmento, ou seja, 1 (uma) representante do governo, e 3 (três) representantes da sociedade civil, sendo 1(uma) cadeira de entidade feminista, 1 (uma) cadeira de entidade mista e 1 (uma) conselheira de cadeira regional. Em seguida, Márcia indica Cláudia como representante de entidade feminista, entendendo que sua experiência pode vir a agregar muito. Roberta questiona se as quantidades de representantes ditas anteriormente representam o número mínimo ou o número máximo de representantes. Heloisa diz que na experiência anterior em 2019, a comissão possuía uma representante de cada segmento, e que caso haja duas candidatas a cada segmento de representação, o interessante seria escolher apenas uma. Contudo, o regimento não possui nenhuma regra quanto a isso, foi apenas acordado por convenção. A conselheira Cláudia indica a UBM e a UNAS para compor a comissão eleitoral, no segmento de cadeiras mistas. Heloisa relembra que a previsão do calendário é de que a eleição ocorra até o fim do primeiro semestre do ano que vem. Sendo assim, até o momento tem-se as sugestões de composição pelas entidades UBM, Grupo Mulheres do Brasil e entidade mista UNAS, tendo ainda em aberto a vaga para a conselheira representante de governo. A conselheira de governo Patrícia afirmou que na reunião de julho se manifestou não no sentido de demonstrar interesse em participar da comissão, mas que poderia disponibilizar elementos da equipe para subsidiar a discussão. Em seguida, a conselheira questiona quais seriam as principais demandas e as expectativas sobre a representante de governo na comissão, pois demonstrou preocupação por conta de suas demais atribuições na secretaria. Ana esclarece que assumindo a função, é necessário participar das reuniões do comitê, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, além de pensar todo o processo eleitoral, estruturá-lo, acompanhar a votação no dia das eleições, trazer os votos para a secretaria, acompanhar todo o processo de chegada das urnas, verificar os lacres, etc. Assim, orienta a conselheira a pensar internamente se outras servidoras dentro da secretaria teriam maior disponibilidade para integrar a comissão. Tendo essa dúvida esclarecida, Patrícia se coloca e coloca também a Secretaria de Governo Municipal não como parte integrante da Comissão, mas por conta da experiência com o acompanhamento de outras eleições, como ponto de suporte para a Comissão. Assim, a esta altura da reunião, temos o seguinte preenchimento das cadeiras da Comissão: como representantes das entidades feministas, tem-se o Grupo Mulheres do Brasil e União Brasil para Mulheres, com as candidaturas de Roberta e Cláudia, respectivamente. Como representantes de entidades mistas, tem-se as candidaturas de Fátima, Elaine e a sugestão da conselheira Cláudia que a UNAS também integre essa Comissão. Das conselheiras regionais há apenas uma candidatura

única, de Adriana Pereira, representante da zona sul, e para o governo, ainda não há representantes. Nesse cenário, Heloisa explica que é necessária uma votação para fazer a escolha da cadeira feminista entre Roberta e Cláudia, a escolha da cadeira mista entre Fátima, Elaine e Luciana, representante do UNAS, que se encontrava ausente na ocasião. Além disso, solicita que alguma conselheira representante de alguma das pastas das secretarias se apresente para compor a comissão eleitoral enquanto governo. Em seguida, a conselheira Roberta sugere que o pleno não entre em votação, permitindo que todas as conselheiras que manifestaram interesse façam parte da comissão, garantindo, desta forma, o número mínimo de representatividade, porém trabalhando de maneira mais ampliada. A conselheira também questiona se aquelas que participarem da Comissão Eleitoral têm algum impeditivo regimental de candidatar-se. A conselheira Fátima afirma que aquelas que fazem parte da comissão não podem candidatar-se. Então, Roberta retira a sua manifestação de interesse de participar da comissão eleitoral porque tem a intenção de se candidatar. O questionamento gerou muitas dúvidas entre as conselheiras, e por isso a reunião teve uma breve pausa para uma conferência ao Regimento Interno do Conselho sobre essa questão. Ao retornar, Ana Cristina esclarece que o regimento não diz especificamente que as integrantes da comissão não podem candidatar-se, e que apenas apresenta critérios que colocam impeditivos de apresentar candidatura. Assim, participar da Comissão Eleitoral não é um impeditivo, porque a Comissão não tem como manipular o processo eleitoral. Na realidade, ressalta que de certa forma, é positivo que a candidata participe no processo de formação da Comissão Eleitoral, pois desta maneira, a mesma terá convicção e ciência da lisura das eleições. Heloisa realiza então a leitura dos requisitos e impeditivos da candidatura, presentes no parágrafo 4º art. 4 do Regimento Interno. A comissão eleitoral vai reger e comandar os detalhes e a estrutura das eleições, como por exemplo, como vai funcionar, quais vão ser os pontos de votação, como será o edital de chamamento, a contagem dos votos, as escolhas para sistematização das informações, etc. A conselheira Fátima realizou um comentário dizendo que já participou de várias eleições e Comissões Eleitorais de conselhos e que discorda do fato do procedimento permitir que uma mesma conselheira faça parte da Comissão Eleitoral e seja candidata ao mesmo tempo. Adriana Pereira concorda com a conselheira Fátima, no entanto acredita que a entidade como um todo tem liberdade para se colocar em dois lugares distintos, tanto na comissão eleitoral quanto na aplicação de candidaturas. Cláudia realiza um comentário relembando que o regimento não trata da matéria e que, ao indicar a entidade para participar da comissão eleitoral, comunica seu afastamento da função da comissão da mesa diretora do conselho, e quem assume é sua suplente. Visto que a mesma vai participar do processo eleitoral, afirma precisar estar imparcial no processo da comissão eleitoral. Também realiza um esclarecimento de que as entidades podem estar na comissão e se candidatando ao mesmo tempo, o que é diferente das conselheiras regionais, porque estas últimas devem se candidatar pelo seu próprio nome. Heloisa explica que o Conselho Municipal de Política para Mulheres tem uma especificidade, que são os diferentes segmentos: entidades e conselheiras regionais. Acordando com Cláudia, reitera que as conselheiras regionais não podem fazer parte da Comissão Eleitoral, pois diferentemente das entidades, estão se candidatando como pessoa física. Isso não se aplica as entidades mistas, pois pode acontecer de se ter uma representante na comissão eleitoral, e posteriormente, a entidade que foi eleita indicá-la como representante, contanto que se respeite os critérios e a reeleição. Fátima discorda do regimento e diz que no Conselho de Habitação, onde foi candidata, a entidade que a representa precisou indicar outra pessoa para a comissão, pois mesmo se afastando de suas atribuições, a entidade não poderia indicá-la. Afirma que apenas no CPMSP há essa brecha. Heloisa reitera que a visão de Fátima parte da perspectiva de suas próprias experiências, e que o texto regimental legal aprovado para esse conselho não determina isso, desta forma, não incorre em nenhum tipo de irregularidade. Após discussão, Elaine e Roberta retiraram candidatura. Sendo assim, se estabelece a Comissão Eleitoral formada pelas seguintes conselheiras: Ana Cristina como representante de governo, Cláudia, da União Brasileira de Mulheres, Fátima, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e Luciana, da UNAS, indicação realizada pela Cláudia, como representantes da sociedade civil e Adriana Pereira como representante regional. Logo em seguida, Ana Cristina sugere como encaminhamento a criação de um grupo de Whatsapp para facilitar a comunicação, e como atividade inicial, a revisão do regimento interno para início dos trabalhos. Neste momento foi aberta uma votação das atas das últimas reuniões, que foram aprovadas por unanimidade, com 15 aprovações e 4 absenças. Regina Silvério informa que aprova apenas a última ata, pois esteve ausente na reunião anterior. Heloisa informa que houve o envio das respostas dos ofícios da SME e da SMSU em relação ao monitoramento das ações do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, e que estas foram enviadas para os e-mails de todas, para fins de conhecimento. Referente aos ofícios, o Conselho ainda aguarda respostas da SMDet e SMS.

#### ATA 10 – 26.09.2022

Aos vinte e seis dias de setembro de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. No referido horário, também não foi possível observar o quórum necessário e portanto, não foi possível estabelecer a reunião. Informalmente, passou-se a um momento de informes entre as conselheiras presentes.

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE SÃO PAULO - CMDCA/SP

#### PUBLICAÇÃO Nº 085/CMDCA-SP/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo – CMDCA/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8.069/90, torna público o extrato de ata da Reunião Ordinária do dia 31/10/2022.

#### EXTRATO DE ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA

31/10/2022

Ao trigésimo primeiro dia de outubro de 2022, às 10h20, em reunião online através da plataforma Microsoft Teams, é iniciada Reunião Ordinária do CMDCA/SP, com a presença de quórum mínimo estabelecido regimentalmente:

Conselheiros(as) de Governo: Cleusa Guimarães (SMJ – Titular), Daniel Augusto de Souza Borges (SF – Suplente), Esequias Marcelino da Silva Filho (SMDHC – Titular), Fábio Henrique Salles (SMS – Titular), Gustavo Felício Ferreira Pinto (SMADS – Suplente), Maria Luiza da Silva (SEME – Suplente), Roberto Rocha de Oliveira (SME – Titular) e Wagner Gomes Salomão (SMJ – Suplente).

Conselheiros(as) da Sociedade Civil: Caclida Santana Modesto (Titular), Carlos Alberto de Souza Junior (Suplente), Fabiana Zacarias Cesário Feitosa (Titular), Fernanda Celi Souza de Oliveira (Titular), Flariston Francisco da Silva (Suplente), Laura Rodrigues (Titular), Marcelo Panico (Titular), Maria Elaine Bezerra de Souza (Titular), Maria de Fátima Colares Alarcon (Titular) e Melissa Carla Silva (Titular).

Finda a reunião extraordinária, a Presidente inicia a reunião ordinária, com pedido de breve apresentação a ser feita por cada Conselheiro(a) presente na reunião no auditório da SMDHC, no caso, os Conselheiros de Governo, Cleusa, Esequias, Fábio, Daniel, Maria Luiza, Roberto e Wagner, e da Sociedade Civil, Fabiana, Fernanda, Elaine, Maria de Fátima, Melissa e Marcelo.

O Presidente, Conselheiro Esequias, realiza leitura da nova composição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes, aprovada em reunião extraordinária encerrada anteriormente, para ciência dos presentes. A seguir, procede à leitura de pauta da reunião ordinária do dia.

O Conselheiro Marcelo pede a palavra e pede inclusão na pauta do dia, se permitirem, sobre edital FUMCAD 2023, para análise de publicação até o dia 30 de novembro e, para tanto, alinhar fluxo e planejar cronograma. O participante Armando Broggi, representante do Força FUNCAD, pede a palavra e questiona sobre edital de captação para o próximo ano.

O participante João Santo pede a palavra e manifesta preocupação diante da criação de edital para o próximo ano. Ademais, ressalta que não vislumbrou grande participação de entidades na audiência pública sobre projeto de lei sobre o FUMCAD.

O participante Jonatha, primeiramente, parabeniza a Mesa formada e informa que considera importante criação de edital por questão de prazos e logística, pois quando se trata de organizações da sociedade civil, as quais representa no CONDECA-SP, entende que toda OSC quer ter a chance de participar em edital e, se houver edital lançado em novembro, com entrega de projetos para fevereiro, não há motivo para não abrir edital agora.

Claudio Thieghi, da Fundação Oftalmológica Rubem Cunha, faz breve autodescrição e pede a todos que realizem reflexão sobre o empenho de organizações sociais junto a empresas, para a captação de recursos, levantando questões sobre as empresas não possuírem agenda que anda em compasso com a das entidades, sendo importante se antecipar para ter agenda que corra à frente da das empresas. Também relembra que, no pós-pandemia, há inúmeras frentes que necessitam ser potencializadas, considerando os prejuízos ocasionados pela pandemia e edital garantiria que programas que foram retomados se amplifiquem e tenham continuidade, o que se faz necessário em todas as áreas de atendimento a criança e ao adolescentes. Informa que novo edital teria apelo pelo fato de as demandas serem muito grandes e organizações estão preparadas para realizar este trabalho e é preciso se antecipar à agenda das empresas que realizam doações.

O Segundo Secretário, Conselheiro Fábio, pela ordem, questiona sobre inclusão de pauta solicitada, entendendo não se tratar de discussão da pauta, perguntando metodologia do que está sendo solicitado, pois se realizou pedido de inclusão de pauta.

O Conselheiro Marcelo agradece as contribuições dos presentes e a compreensão da importância de se colocar em pauta da presente reunião, para que se possa, no final do mês de novembro, ter Edital 2023. Analise que houve grande avanços com o Edital 2022 e informa que, utilizando os dias úteis de novembro, conseguir-se-ia cumprir cronograma, diante da importância do tema para as organizações sociais, informando que gostaria de submeter inclusão em pauta sobre edital 2023 FUMCAD.

O Conselheiro Esequias, após a fala do Conselheiro Marcelo, questiona se, então, trata-se de colocação em pauta discussão de cronograma para execução de edital. A seguir, coloca para votação a inclusão em pauta deste item solicitado pelo Conselheiro Marcelo. Na contagem de votos, o Conselheiro Fábio levanta discussão sobre a possibilidade de convalidação dos votos realizados através do Microsoft Teams por Conselheiros titulares remotamente presentes à reunião, sobre metodologia a ser adotada. A Conselheira Melissa manifesta que se trata de questão simples, considerando-se não se tratar de reunião apenas presencial e permitir participação híbrida.

O Conselheiro Gustavo solicita que se verifique o cabimento regimental para possibilidade de votação por Conselheiros presentes remotamente à reunião. O Conselheiro Fábio levanta questionamento sobre direito à voz e a voto pelos Conselheiros presentes online, considerando se tratar de reunião presencial, e o Conselheiro Esequias pede que o tema seja referendado em Plenária.

O Conselheiro Marcelo pede a palavra e, em resposta a questionamento sobre metodologia, informa que seu entendimento é o de que quem estiver de forma remota poderia votar, desde que esteja na titularidade, porque se reunião é híbrida, não se pode cercar o direito ao voto. A Conselheira Melissa informa que se a reunião híbrida serviu para votar a composição da nova Mesa, deve-se aplicar o mesmo entendimento à reunião ordinária.

João Santo informa que entende que a reunião ser em formato presencial, em hipótese alguma, atrapalha participação online, sendo apenas questão de que se montou espaço para pessoas se reunirem e que concorda com a fala da Conselheira Melissa, devendo-se adotar voto híbrido (voto presencial e voto online).

O Conselheiro Fábio pede regime de votação nominal sobre o tema. Esequias informa que o tema deve ser levado à Plenária para decisão, colocando em regime de votação se os Conselheiros titulares presentes remotamente à reunião têm direito à voz e a voto, que levam a mão. Com 7 votos a favor e 3 contrários, aprova-se que Conselheiros titulares presentes online possuirão direito à voz e a voto.

O Conselheiro Esequias coloca em votação a inclusão em pauta na reunião ordinária sobre criação de Edital FUMCAD 2023, com 6 votos favoráveis (Melissa, Marcelo, Maria de Fátima, Laura, Roberto e Daniel), 7 contrários (Esequias, Fabio, Elineuba, Fabiana, Fernanda, Cleusa e Gustavo) e 1 abstenção (Cacilda).

A Conselheira Fabiana pede a palavra e informa que para a construção de edital, todos tem que ter ciência de tudo o que está sendo tratado, considerando que o PL 505/22 está sendo acompanhado pelo CMDCA/SP e da qual o Conselheiro vem participando, com presença sua e do Conselheiro Esequias, explicando que não é favorável que o tema seja pauta da reunião de hoje porque não há conhecimento do tema por todos, devendo haver documento palpável para entendimento e também porque, a partir do dia 09/11, haverá início de construção de edital FUMCAD.

O Conselheiro Carlos Alberto, presente remotamente à reunião, através do chat, pede que conste em ata que o CMDCA/SP é órgão público, não pode ser tratado de qualquer forma, que possui legislação, regimento interno, entendendo que as pessoas precisam compreender o fluxo e como as coisas andam. Informa que a presente gestão já tem um ano e ainda, em alguns momentos, quer se fazer as coisas a "toque de caixa", sem respeitar os andamentos. Ressalta que o fato de não estar presencial na reunião de hoje não exclui o direito de Conselheiro, afinal, todos têm suas particularidades, com o formato online nas emergências podendo auxiliar a participação e composição do debate. Reforça que o fato de não estar presente não é sinal de desrespeito para com ninguém, afinal, ele cobra o CMDCA/SP e se dedica demais ao Conselho. Informa que algumas falas soam tom agressivo e desrespeitam, inclusive, o histórico do Conselho, falando que as pessoas precisam conhecer mais o CMDCA/SP e sua história antes de saírem falando. Conclui que o Conselho é uma gestão que tem início, meio e fim e as pessoas são reconhecidas pelo aquilo que apresentam, e a história mostra e vem mostrando que a truculência não leva a nada.

A Conselheira Laura, presente remotamente à reunião e através do chat, solicita que fique registrado que nunca faltou a reuniões do Conselho e que, no dia de hoje, teve problema pessoal e, mesmo assim, exerce sua cidadania, estando presente de maneira online.

A Conselheira Cacilda, também presente remotamente, também pelo chat, pede que se registre que não faltara às reuniões presenciais que Conselho realizou teve e que possui preferência pelo formato presencial.

A Conselheira Tutelar Neia pede a palavra, faz breve autodescrição e diz que tem preocupação sobre o tema do edital, pois o Conselho convoca reuniões para deliberar, com edital a ser construído sendo atribuição das Comissões Permanentes de Finanças e Orçamento e de Políticas Públicas. A reunião presente é deliberativa, devendo haver discussão prévia por estas para se pensar em edital e aí ser deliberado em reunião do Conselho, acreditando ser este o fluxo do Conselho, baseado em conhecimento que construiu ao longo de mais de 17 anos trabalhando com o tema. Informa que quando se pensa na pandemia e nos prejuízos que se vai sofrer ainda nos próximos anos, entende não dá para fazer edital "a toque de caixa", pois só quem atua na ponta do atendimento entende a realidade de crianças e adolescentes e relembra que também há as Conferências, cujo diagnóstico e propostas a serem trazidas por estas também devem ser levadas em conta, devendo-se realizar trabalho com muita coerência e eficácia e o edital, falando-se de pandemia, deve ter caráter temático e possuir diagnóstico, questionando se o Conselho possui este mapeamento das regiões. Para finalizar, manifesta que já é de tempo a volta de reuniões presenciais, pois todos os órgãos já retomaram e é de responsabilidade da pessoa acordar cedo e vir para a reunião presencial para deliberar a política pública para a criança e o adolescente.

Armando pede a palavra e esclarece que é equívoco relacionar o PL 505/22 com edital, pois o PL é audiência pública para criar lei para direcionamento e o edital não se relaciona com isto e a reunião do dia 09/11 é audiência pública e, até ser votado, levará ainda um tempo. A seguir, informa que concorda plenamente com o que Neia relatou, mas que é necessário ter dinheiro para se fazer diagnóstico, e que se não fizer edital de captação normal, o não precisa ser temático, o que não é complexo, pois não se precisaria ter diagnóstico específico para atender questões prioritárias, e sim, para que as organizações possam desenvolver seus projetos normais complementares à política pública, aí elas trazem edital normal, faz-se captação e os 10% poderão financiar, pois, com o edital 22, para o qual havia R\$ 23 milhões destinados, este valor será usado para os projetos classificados e os recursos disponíveis serão poucos, por isto, a importância da captação, sendo esta sua posição. Por fim, ressalta que sua proposta quanto a inclusão de pauta não havia sido relativa a aprovar edital, mas, na realidade, para que se discutisse a questão de se colocar em discussão se seria ou não lançado edital até novembro, que é a sugestão para se fazer a captação, tendo sido esta a proposta.

O Conselheiro Marcelo informa que sua proposta de inclusão de pauta foi a de construção de cronograma, não para se entrar na discussão de edital, artigo por artigo, pois os Conselheiros têm consciência que cronograma para as organizações é fundamental, como foi criado o edital 2022 em novembro, para que em fevereiro pudesse trazer projetos, não tendo se falar em criar um edital, como pode ter se pensado. Entende que agora não deve se entrar no próprio mérito do edital, devendo-se pensar em cronograma para utilizar o período ainda que há até o final de novembro. O Conselheiro Gustavo pede que, em que pese o PL 505/22, pensando na fala do Conselheiro Marcelo, o Conselho sinalize cronograma de aprovação e que faça esforço com CPFO e CPPP para realizar esta discussão e, se necessário, que se convoque uma reunião extraordinária nos próximos dias, para não se perder o mês de novembro, e w e informa que gostaria de colocar esta proposta como encaminhamento para a Mesa da Plenária votar sobre o tema.

O Conselheiro Esequias informa que, mesmo a construção de edital não ser incluída na pauta, pode-se, sim, levar o tema para a Mesa Diretora, para compilar um calendário e enviá-lo para as Comissões e, daí, trazer para análise em Plena expandida, ainda neste mês, para dialogar sobre edital com os Conselheiros.

Havendo concordância sobre a proposta, passa-se aos informes das Comissões Permanentes.

1. Informes das Comissões Permanentes do CMDCA/SP:

1.1. Mesa Diretora

A Conselheira Fabiana informa que a Mesa Diretora vem acompanhando a realização das Conferências 2022 e, atualmente, estão em fase final de realização das Conferências Regionais, faltando ainda para seu término a Conferência Lúdica do Grupo 5 (Subprefeituras da região Sul) e as Conferências Lúdica e Convencional do Grupo 3 (Subprefeituras da zona oeste). Informa que, como no dia 28/10 houve ponto facultativo pelo Dia do Servidor Público, coincidindo com o segundo dia da Conferência Lúdica do Grupo 5 será garantido aos participantes de serviços da Conferência Lúdica do Grupo 5 que façam parte da Conferência Lúdica do Grupo 3, no dia 04/11.

As Conferências Municipais Lúdica e Convencional estão em fase de organização, para sua realização em 12/11 e 13/11 (sábado e domingo), no caso da Lúdica, e 05/12 e 06/12 (segunda e terça) no caso da Convencional, ambas a serem realizadas no Memorial da Inclusão, no Memorial da América Latina. Lembrando que a Resolução 150, aprovada em reunião extraordinária do CMDCA realizada no dia 10/10, permite que as Conferências Lúdicas Livres elejam delegados em quantidade de dois titulares e respectivos suplentes.

Outro item de informe da Mesa Diretora é a finalização de trâmites relacionados ao processo de escolha suplementar para Conselheiros Tutelares do CT Butantã, realizado no dia 25/09, com publicação do resultado final do pleito em DOC de 27/10.

Falando-se agora das audiências públicas e reuniões realizadas no mês de outubro nos quais se teve a presença de Conselheiros da Mesa Diretora: no dia 17/10 tivemos a participação da Presidência e da Vice-Presidência em evento de lançamento de campanha de combate ao trabalho infantil, realizado pela OSC Aldeia do Futuro; no dia 20/10, a Conselheira Fabiana informa que participou, representando o CMDCA, de audiência pública do PL 525/2022, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes, que "Autoriza a criação do Auxílio Ampara, benefício a ser pago a crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrente de feminicídio" e que a contribuição do CMDCA/SP foi de ampliar o auxílio também para orfandade provocada pela COVID-19; no dia 24/10, tivemos a participação da Presidência e Vice-Presidência e assessoria técnico administrativa da CPFO de audiência pública presencial, sobre o PL 505/22, de autoria da Vereadora Sandra Santana (PSDB), que acresce os incisos VIII e IX no art. 3º da Lei nº 11.247/92, que criou o FUMCAD e o entendimento manifestado pelo Conselho nesta audiência foi o de que a proposta de percentual de 20% do PL exigiria muito das entidades e poderia implicar desestímulo de captação, visto que nem todas têm expertise de captação, com o atual percentual de 10% sendo valor mais adequado; e, no dia 25/10, tivemos participação da Presidente, do Vice-Presidente e da 2ª Secretária, Conselheira Elineuba em reunião com a Gerência de Pós-Medidas e Empregabilidade da Fundação Casa, na qual a equipe da Fundação Casa realizou apresentação do escopo do trabalho da Gerência, bem como ações realizadas e em andamento para articulação de suas metas no Estado de São Paulo, reunião produtiva e proposta para que assistidos da Fundação Casa estejam presentes nas Conferências.

1.2. CPFO

O Conselheiro Roberto informa que as reuniões da CPFO vêm sendo quinzenais, com agendamento de reuniões extraordinárias, quando há necessidade. Informa-se que, nas últimas reuniões, continuam sendo analisados Processos SEI e debatendo-se outros temas de competência da Comissão, no mês de outubro, a regulamentação da margem de segurança do FUMCAD e proposta de alteração das Resoluções 132 e 133 do CMDCA/SP. Aproveita a oportunidade para cumprimentar o novo Coordenador da CPFO, Conselheiro Marcelo.

O Conselheiro Marcelo agradece a todos os Conselheiros da Comissão e, especialmente, aos servidores da Secretaria Executiva, que têm dado suporte na análise de planilhas de projetos, informando que se tem obtido êxito grande de aprovação no SEI, com aprovação de cerca de 90% dos projetos que chegam à Comissão, com o auxílio da equipe técnico-administrativa, o que dá segurança ao trabalho desempenhado.

1.3. CPMA

A Coordenadora Fernanda informa que a eleição suplementar do Conselho Tutelar do Butantã aconteceu no dia 25/09, sem intercorrência, e as escolas abriram às 08h00 e encerraram, pontualmente, às 17h00 e a apuração aconteceu no próprio CMDCA/SP e foi transmitida online. Houve a eleição das seguintes suplentes: Vânia Ribeiro Silva (85 votos), Nivia do Jardim Jaqueline (63 votos) e Silvanete Aparecida de Oliveira (9 votos) e o resultado final foi publicado no Diário Oficial do dia 27/10.

Sobre as Conferências, informa que se está na etapa regional e, na presente data, ocorre a Conferência Regional Convencional do Grupo 5 (Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Ipiranga, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e

Jabaquara), com a etapa regional se encerrando no dia 08/11, com a realização das Conferências do Grupo 3 (Butantã, Lapa e Pinheiros), que foram transferidas de data em razão de ausência de participação. Informa-se que a etapa municipal acontecerá no Memorial da Inclusão, no Memorial da América Latina, e a alimentação e o transporte estão sendo articulados junto com os departamentos pertinentes da SMDHC e com o CMDCA/SP.

1.4. CPPP

A Conselheira Fabiana informa que o edital FUMCAD 22 foi finalizado e não há recursos a serem deliberados, havendo entidades que assinaram termos de fomento e outras que estão no aguardo. Atualmente, a atenção da CPPP – não somente pelo pedido em Plenária, mas considerando a sociedade civil – será dada à construção de cronograma de edital 2023, contando com a participação de todas as Comissões para trazer sua contribuição, análise e avaliação, para que o edital seja sucesso ainda maior do que o do ano de 2022.

1.5. CPR

A Conselheira Maria de Fátima informa que, desde a última reunião ordinária, foram colocados em análise, pela Comissão Permanente de Registros, 121 processos e, dessas análises, foram aprovados 62 processos referentes à Resolução nº 148/CMDCA-SP/22 e 26 referentes à Resolução nº 149/CMDCA-SP/22, estes com aprovação de 46 programas. Informa que constam ainda em pauta, para análise da CPR, 35 processos de renovação/ concessão/ atualização de registros, e 07 processos de inscrição de programas e que aguardam para entrar em pauta 46 processos protocolizados em outubro (36 referentes à Resolução nº 148/CMDCA-SP/22 e 10 referentes à Resolução nº 149/CMDCA-SP/22).

Por fim, informa que chegaram 102 processos pelo Portal 156, desde o início do mês de outubro até a presente data, os quais 82 processos pela Resolução nº 148/CMDCA-SP/22 e 20 processos pela Resolução nº 149/CMDCA-SP/22.

2. Registros e Inscrições no CMDCA/SP

2.1. Registros aprovados:

Table with 3 columns: Nº REGISTRO, RAZÃO SOCIAL, VALIDADE. Lists approved registrations with details like 'CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA - CCNSA' and '04 (QUATRO) ANOS'.

2.2. Inscrições aprovadas:

Table with 3 columns: Nº REGISTRO, NOME DA OSC, PROGRAMA, VALIDADE. Lists approved registrations with details like 'CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA - CCNSA' and '02 (DOIS) ANOS'.

